

## OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS: UMA REFLEXÃO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE POLICIAIS MILITARES

*André Diego Marques da Rosa<sup>1</sup>*  
*Emerson Fernandes<sup>2</sup>*

### RESUMO

O presente estudo objetivou analisar como o emprego de policiais militares no contingente desdobrado no âmbito das operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) pode contribuir para o alcance dos objetivos explicitados nos mandatos das aludidas operações e para a consolidação da paz no cenário de conflitos internacionais. O estudo realizado também analisou as vantagens do engajamento de policiais militares nas missões de paz, tanto para a obtenção dos resultados buscados pela ONU nas operações desenvolvidas, quanto para os benefícios proporcionados à Polícia Militar. O método utilizado foi o dedutivo, apresentando-se premissas genéricas para o alcance da premissa específica. Partiu-se do histórico das operações de paz, estudando a participação do Brasil, para posteriormente analisar o emprego de policiais militares nas referidas operações. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória pela investigação bibliográfica e documental. O resultado da pesquisa evidenciou a necessidade do engajamento de policiais militares no contingente das missões de paz, demonstrando que a Polícia Militar deve ampliar sua participação, visando contribuir de forma mais efetiva nos processos de paz. Com isso, a pesquisa concluiu que o engajamento de policiais militares nas missões deflagradas pela ONU contribui para a restauração e preservação da ordem nas áreas em que as missões são realizadas, auxilia na formação e no aperfeiçoamento das forças de segurança dos

1 Bacharelado em Ciências Policiais no Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar da Trindade (APMT), Florianópolis-SC; Especialista em Direito Constitucional (UNISUL-SC); Bacharel em Direito (IESA-RS). Currículo Lattes: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8466367D0>>.

2 Major da Polícia Militar de Santa Catarina. Especialista em Administração de Segurança Pública (UNISUL-SC); Bacharel em Direito (UNISUL-SC); Consultor de Segurança e Treinamento Policial da ONU em Timor Leste e Sudão. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7118168594182278>.

países em conflito, colabora para a difusão de doutrinas policiais, bem como para a promoção de direitos humanos, contribuindo para a consecução da paz sustentável e promovendo a construção de uma imagem positiva da Polícia Militar tanto no âmbito nacional quanto no cenário internacional.

**Palavras-Chave:** Operações de Paz. Organização das Nações Unidas. Polícia Militar.

## 1 INTRODUÇÃO

Com a realização de missões de caráter multidimensional, que passaram a exigir a conjugação de esforços dos segmentos civis, militares e policiais para o alcance dos propósitos pretendidos pela ONU na conjuntura das missões de paz, a *United Nations Police* (UNPOL)<sup>3</sup> passou a desempenhar um papel de destaque.

É em razão da necessidade de cooperação de policiais militares no âmbito das missões deflagradas pela ONU que a presente pesquisa encontra a sua justificativa. O estudo proposto promove uma reflexão acerca da contribuição de policiais militares como integrantes do efetivo em operações de paz da ONU, buscando demonstrar como o emprego de policiais militares no contexto das missões realizadas pode colaborar para a estabilização dos países em conflito e para a construção da paz.

Além disso, o estudo desenvolvido visa analisar como a atuação de policiais militares na preservação da ordem e no restabelecimento da segurança pode contribuir para a formação e o aperfeiçoamento das forças de segurança do país em conflito e para a promoção de direitos humanos.

O estudo proposto também busca demonstrar como o emprego de policiais militares nas zonas em que as missões de paz são desenvolvidas pode auxiliar na construção de uma imagem positiva da instituição a nível internacional.

A pesquisa seguirá aspectos metodológicos, visando dar cientificidade ao estudo. O método, segundo Leonel e Motta (2007, p. 86), caracteriza-se como “o conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, para atingir um determinado fim”.

O trabalho orientar-se-á pelo método de abordagem dedutivo, no qual, conforme Leonel e Motta (2007, p. 66), “o pesquisador parte de uma proposição geral, para atingir uma conclusão específica ou particular”.

Em razão dos objetivos do presente estudo, partiu-se da análise do conceito das operações de manutenção da paz de forma ampla, analisando a participação do Brasil nas operações de paz da ONU, para, no contexto da abordagem desenvolvida, analisar

---

3 Polícia das Nações Unidas. (Tradução nossa).

como o emprego de policiais militares nas citadas operações pode contribuir para a consecução dos propósitos destas.

No que tange à classificação da pesquisa, desenvolveu-se uma pesquisa do tipo exploratória, a qual, segundo Gil (2010, p. 41), “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

Em relação ao procedimento adotado, a pesquisa será bibliográfica. Segundo Leonel e Motta (2007, p. 112), a pesquisa bibliográfica “se desenvolve tentando explicar um problema a partir das teorias publicadas em diversos tipos de fontes: livros, artigos, manuais, enciclopédias, anais, meios eletrônicos, etc”.

Quanto à estruturação da pesquisa, esta será dividida em quatro seções, com o objetivo de facilitar o seu desenvolvimento e a compreensão do tema proposto. Na primeira seção, será apresentado o histórico das operações de paz da ONU, destacando a evolução dessas operações diante dos conflitos internacionais.

Na segunda seção, será analisada a participação do Brasil nas operações de paz da ONU, abordando a operacionalização do emprego do contingente militar e do componente civil no cenário das referidas operações.

Na terceira seção, será realizado um estudo a respeito da atuação da UNPOL no contexto das operações de paz, destacando a participação de policiais militares desdobrados no contingente brasileiro na UNPOL.

Na quarta seção, será realizada uma análise da participação de policiais militares nas operações de paz da ONU, apresentando-se os benefícios decorrentes dessa participação e destacando-se a contribuição da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) no âmbito das operações já realizadas.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais acerca do estudo desenvolvido, expondo as conclusões do presente artigo científico, respondendo ao problema de pesquisa formulado como ponto de partida do estudo.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Nesta etapa do presente trabalho, apresentar-se-á um histórico das operações de paz da ONU, analisando-se, na sequência, a participação do contingente militar do Brasil e do componente civil brasileiro nas referidas operações. Sucessivamente, analisar-se-á a atuação da UNPOL no contexto das missões de paz deflagradas. Ao final, abordar-se-á a participação de policiais militares engajados no efetivo do Brasil nas operações de paz da ONU, apresentando-se a contribuição da PMSC no âmbito das missões realizadas.

## 2.1 HISTÓRICO DAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU EM FACE DOS CONFLITOS INTERNACIONAIS

Historicamente, a relação entre a guerra e a paz privilegiou na humanidade a prevalência da guerra. Conflitos que desencadeavam confrontos bélicos eram deflagrados como um modo legítimo de resolução de contendas entre as nações, desprestigiando as vias pacíficas capazes de solucionar os litígios instalados.

Diante da dicotomia entre a guerra e a paz, surgiu uma ferramenta que fez abrochar um novo viés: a ação de manutenção da paz. Com o desenvolvimento de métodos visando estabelecer a paz frente à normalidade dos conflitos armados, a resolução de conflitos entre as nações passou a valer-se de negociações, ao invés de recorrer à utilização do recurso das armas (MAIDANA, 2013).

Contribuindo para a consolidação da paz, como consequência do fim da Primeira Guerra Mundial, que perdurou de 1914 a 1918, surge a Liga das Nações, estabelecida em 1919, como um órgão permanente, com a grandiosa finalidade de evitar o desencadeamento de guerras, desenvolvendo a cooperação entre os sujeitos internacionais e assim garantir a subsistência da paz internacional.

Em razão da entrada e saída de Estados influentes como membros da Liga das Nações, diante do contexto histórico, a organização fracassa na sua tentativa de manter a paz, abrindo espaço para outro conflito armado de proporções globais, a Segunda Guerra Mundial, que perdurou de 1939 a 1945 (MAIDANA, 2013).

Mas, apesar do fracasso da Liga das Nações, após o término da Segunda Guerra Mundial, com a nova realidade do mundo pós-guerra, surgiu a necessidade de um ponto de referência central do processo de relações internacionais.

Diante desse cenário, em 1945, é fundada a ONU, a qual passou a ser responsável por articular as coalizões de interesses e introduzir na ordem internacional elementos de normatividade e de cooperação, visando estabelecer e manter relações amistosas entre as nações. A atuação da ONU está baseada na Carta das Nações Unidas, promulgada em 26 de junho de 1945. O artigo 1º da referida Carta assim estabelece:

Artigo 1º. Os propósitos das Nações Unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz. (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945)

Sob essa perspectiva, visando evitar ameaças à paz e reprimir atos de agressão passíveis de provocar sua ruptura e assim cumprir seus propósitos, a ONU passou a

deflagrar medidas na busca de manter a paz, preocupando-se também com a implementação de ações capazes de firmá-la nas zonas de conflitos internacionais. Diante desse contexto, na persecução de seus objetivos,

[...] a necessidade das Nações Unidas em dar uma resposta às demandas internacionais por auxílio acaba por originar um dos instrumentos de apoio da organização para a realização da manutenção da paz e da segurança internacional. São as chamadas operações de paz. (MAIDANA, 2013, p. 44)

Embora não seja um instrumento recente, a definição do significado do termo “operações de paz” não tem sido objeto de consenso entre as organizações internacionais e os Estados. Sob o ponto de vista político, existe a controvérsia terminológica envolvendo o termo *peace operations* (operações de paz) e o termo *peacekeeping operations* (operações de manutenção da paz). A expressão *peace operations* (operações de paz) seria uma definição “guarda-chuva” (UZIEL, 2010).

A ausência de previsão na Carta das Nações Unidas é vista como o primeiro obstáculo a ser transposto na trilha traçada para se buscar um conceito. Entretanto, apesar dessa dificuldade, preliminarmente ao desenvolvimento do estudo proposto, faz-se necessário estabelecer um conceito.

A ONU se utiliza do termo “operações de paz” e do termo “missões de paz”, sem estabelecer distinção com as operações de manutenção da paz, usando-os como sinônimos, o que acaba contribuindo também para a proliferação de diferentes designações para essas operações, dificultando a construção de um marco conceitual para o significado e a utilização do termo (FAGANELLO, 2013).

No presente estudo, para todos os efeitos, a definição de operação de paz a ser seguida será a seguinte:

[...] operações estabelecidas pelo Conselho de Segurança ou pela Assembleia Geral das Nações Unidas, de quem recebem mandato e a quem se reportam periodicamente; financiadas por contribuições de todos os membros das Nações Unidas e sob comando e controle do Secretário-Geral e do Departamento de Operações de Manutenção da Paz; englobam militares, policiais e civis, e no terreno visam a controlar ou resolver conflitos, respeitando os princípios da imparcialidade, consentimento das partes e [mínimo] uso da força. (UZIEL, 2010, p. 47)

Portanto, no trabalho proposto, as expressões “operação de paz”, “operação de manutenção da paz” e “missão de paz” serão tratadas com o mesmo significado, razão pela qual devem ser compreendidas como expressões que se referem a um mesmo fenômeno.

Buscando o alcance de seus propósitos, a ONU vislumbra, no mecanismo dessas operações, uma oportunidade para corresponder aos anseios da comunidade interna-

cional com a manutenção da paz. Ainda que de forma embrionária, deve-se ressaltar que: “[...] *the practice of peacekeeping began in 1948 when the first United Nations military observers were deployed to Middle East*”<sup>4</sup> (UNITED NATIONS, 2008, p. 20).

Posteriormente, em 1956, com a sua formalização, as operações de paz tornaram-se um elemento-chave na resolução de litígios internacionais, sofrendo mudanças nas práticas, na composição e nos objetivos estabelecidos no âmbito dos mandatos, influenciando o arcabouço de medidas políticas e constituindo um princípio norteador da organização política internacional (KENKEL; HAMANN, 2013).

Destarte, no contexto histórico, as operações de paz podem ser divididas em dois períodos distintos: o da Guerra Fria e o do pós-Guerra Fria. O primeiro período das missões de paz, chamado de *peacekeeping operation* (operação de paz) tradicional, caracterizou-se por centralizar-se nos conflitos entre Estados. Esse período teve início com a fundação da ONU e perdurou até o final da década de 1980 (FAGANELLO, 2013).

A partir da década de 1990, o contexto estratégico das *peacekeeping operations* (operações de paz) foi modificado. Os conflitos, até então perpetrados somente entre Estados, deram lugar a conflitos internos, acarretando modificações também nas operações de paz deflagradas (FAGANELLO, 2013).

Em virtude de suas características e da evolução das atividades desenvolvidas no âmbito das missões, as operações de paz foram ampliadas e aperfeiçoadas, visando se adequar às mutações das circunstâncias, dando vazão para o surgimento de novos grupos de operações, os quais foram classificados em gerações (MAIDANA, 2013).

A primeira delas baseou-se no modelo idealizado em 1948, englobando as primeiras tentativas da ONU de marcar presença internacional na zona de conflito. Eram missões realizadas essencialmente pelo contingente militar, com o intuito de salvaguardar o Direito Internacional, supervisionando acordos de cessar fogo para garantir a paz e a soberania dos Estados envolvidos.

As operações de paz de primeira geração praticam o que se denomina de manutenção da paz tradicional. São sempre realizadas após o fim de um litígio desencadeado pela força das armas e buscam promover entre as partes um ambiente favorável à solução do conflito de forma pacífica (KENKEL; HAMANN, 2013).

Diante de novos conflitos, na década de 1990 são formalizadas as operações de segunda geração, também denominadas como operações multidisciplinares ou multidimensionais. Nesse período, a ONU percebe que inúmeras atividades distintas são

---

4 [...] a prática de manutenção da paz começou em 1948, quando os primeiros observadores militares das Nações Unidas foram implantados no Oriente Médio. (tradução nossa)

necessárias para o sucesso das missões, constatando que apenas a presença militar não é suficiente para a implementação de um processo de paz (MAIDANA, 2013).

Por seu turno, a terceira geração das operações de paz caracteriza-se por ações de *peace-enforcement* (garantia da paz), com a aplicação do uso da força, mesmo sem o consentimento das partes envolvidas no conflito, nos casos em que a operação de paz em curso esteja fadada ao insucesso (MAIDANA, 2013).

A quarta geração das operações de paz representa a categoria de operações robustas de *peacebuilding* (construção da paz), caracterizadas pelo desenvolvimento de atividades de *statebuilding* (construção do Estado), prestando apoio ao governo, atuando de forma conjunta e promovendo intervenções nas atividades administrativas, com a realização de atividades civis transformacionais típicas (KENKEL; HAMANN, 2013).

Apresentadas as considerações acima, abordar-se-á, na subseção seguinte, aspectos relevantes acerca do contingente militar e do componente civil brasileiro nas operações de manutenção da paz da ONU.

## 2.2 O BRASIL NAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU

O Brasil tem buscado participar de forma cada vez mais ativa nos processos de operações de paz, visando consolidar a capacidade militar e a capacidade civil brasileira. Essa participação no cenário internacional pode ser realizada de duas formas: por meio do emprego do contingente militar ou por meio do emprego do componente civil.

### 2.2.1 O contingente militar nas operações de paz da ONU

O quantitativo militar nas operações de paz da ONU atualmente constitui o segundo maior contingente de tropas militares operacionalmente desdobrado no mundo, estando somente atrás dos EUA. A presença de militares das Forças Armadas a serviço da ONU já contribuiu, e continua contribuindo, de forma significativa para o alcance dos objetivos das missões de paz deflagradas.

O emprego de efetivos unicamente militares nas operações de manutenção da paz, consoante já destacado no presente estudo, caracterizou as missões de paz tradicionais, também denominadas de operações de paz de primeira geração, realizadas preponderantemente com intervenções militares armadas em âmbito internacional.

Nos conflitos bélicos desencadeados entre os Estados no período pós-Guerra Fria, coube ao contingente militar garantir a segurança das áreas em que os confrontos haviam sido instaurados, monitorar acordos de cessar-fogo, apoiar o monitoramento dos direitos humanos e atividades de cunho humanitário (UNITED NATIONS, 2003, tradução nossa).

Ainda, compete ao efetivo militar no âmbito das missões de paz impor as sanções determinadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), restabelecer e manter a lei e a ordem, auxiliar na formulação de nova força armada nacional, apoiar negociações políticas e de manutenção da paz, bem como assegurar a proteção de civis.

A participação do contingente militar de uma missão de paz caracteriza-se também pela realização de tarefas de interposição militar entre as partes em conflito, atuando no processo de desarmamento, na desmobilização e prestando apoio na fase de reintegração, contribuindo assim para a implementação de um processo de paz (YOSHIDA, 2011).

Diante das atividades elencadas, existem dois papéis que são desempenhados pelo contingente militar, que bem refletem as responsabilidades deste no contexto das operações de paz: um papel principal e outro secundário. O principal “[...] *is to ensure a safe and secure environment within which the rest of the external and internal actors in support of the overall missions objectives*”<sup>5</sup> (CONING, 2007, p. 13).

Portanto, dentre as atividades realizadas pelo efetivo militar, além das ações de caráter militar desempenhadas com o objetivo de garantir a segurança na zona de conflito internacional, passam a ser desenvolvidas também atividades de cooperação, com vistas a contribuir com os demais contingentes empregados na missão.

No âmbito das operações de manutenção da paz já desencadeadas, desde 1956, quando enviou um batalhão de infantaria para atuar no Oriente Médio, o Brasil vem contribuindo consideravelmente para a composição do contingente militar desdobrado nas missões de paz, demonstrando sua intenção de colaborar para o alcance dos propósitos da ONU, envolvendo-se cada vez mais na realização das operações deflagradas (SANTOS, 2004).

O amparo que condiciona a participação do Brasil em operações de paz encontra-se previsto no artigo 4º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), regulando as relações internacionais brasileiras e enfatizando princípios como a prevalência dos direitos humanos, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, os quais são congruentes com o espírito que orienta a participação brasileira nas missões de paz (LESSA, 2007).

A participação do efetivo militar brasileiro nas missões de paz é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais. O efetivo das Forças Armadas empregado em operações de paz subordina-se diretamente ao Ministro de Estado da Defesa, cabendo

---

5 [...] é garantir um ambiente seguro em que o resto dos atores internos e externos possam atuar. Um papel secundário do componente militar é fazer seus recursos disponíveis para os atores externos e internos em apoio aos objetivos globais da missão. (tradução nossa)



ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas elaborar o planejamento do emprego do contingente militar, nos termos da Lei Complementar n. 97/1999 (BRASIL, 1999).

Contudo, não se pode olvidar que as operações de manutenção da paz

[...] impõem às forças militares que as compõem um modo de atuação totalmente diverso daquele para que são tradicionalmente preparadas. A observância dos princípios do consentimento das partes elimina a figura do inimigo, e a restrição ao uso da violência sujeita a tropa a riscos sem, no entanto, até o presente, permitir-lhe combater – propensão profundamente arraigada na alma do soldado em operações. Essas condições extremamente peculiares de emprego militar demandam elevado grau de preparo, de adaptabilidade e de flexibilidade no cumprimento da missão. (LESSA, 2007, p. 11)

Apesar da cooperação do efetivo militar e da adequação das tarefas deste no cenário de operações, diante do surgimento de novas necessidades no contexto das missões de paz, foi percebido que o emprego das Forças Armadas seria mais eficaz se desenvolvido em conjunto com as demais unidades empregadas, e que dessa forma contribuiria de modo mais efetivo para o alcance dos objetivos das operações de paz, razão pela qual as missões de caráter multifuncional passaram a ganhar destaque, integrando o efetivo militar e o componente civil.

Após a análise do emprego do contingente militar no âmbito das missões de paz, abordar-se-á, na subseção seguinte, aspectos relevantes acerca do componente civil brasileiro nas operações de manutenção da paz da ONU.

### **2.2.2 O componente civil nas operações de paz da ONU**

Com as mudanças ocorridas no âmbito das operações de paz após a Guerra Fria, as intervenções realizadas pela ONU nas zonas de conflitos internacionais passaram a agregar ao efetivo militar o componente civil, fazendo surgir assim missões de caráter multidimensional, interligando as atividades desenvolvidas como consequência da nova realidade surgida no contexto internacional.

Conforme já referido no presente estudo, as missões multidisciplinares caracterizaram a segunda geração das operações de paz, promovendo o engajamento do componente militar e civil na persecução dos objetivos estabelecidos nos mandatos das operações de paz realizadas, levando o CSNU a redefinir o papel das operações de manutenção da paz (SBERNI, 2008).

Com o desdobramento de operações de paz em ambientes de conflito e pós-conflito cada vez mais complexos, a resposta multidimensional foi desenvolvida como a base para uma paz duradoura e para o desenvolvimento sustentável, buscando apoiar o desenvolvimento de instituições que promovessem um governo representativo e

responsável, assegurassem o respeito aos direitos humanos e procurassem o acordo nas disputas potencialmente violentas (UNITED NATIONS, 2003, tradução nossa).

Debruçando-se sobre assuntos de lei e ordem em situações de colapso estatal, as atividades do componente civil nas operações de segunda geração visam assessorar a transição política para a paz, realizando ações de desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes, participando de atividades de ajuda humanitária e sobretudo de promoção de direitos humanos (KENKEL; HAMANN, 2013).

Assim, as missões de paz de segunda geração, diante de seu caráter multidisciplinar, expandiram suas atividades para além das tradicionais funções militares, incorporando sob a sua responsabilidade tarefas de caráter civil e humanitário, atuando na desmobilização de combatentes, no retorno de refugiados, no treinamento de forças policiais, na implementação de reformas constitucionais, judiciais e eleitorais e no auxílio à retomada de atividades econômicas (FONTOURA, 2005).

No contexto das operações de manutenção da paz de caráter multidimensional,

A capacidade civil brasileira – ou seja, a capacidade do Brasil de identificar, recrutar, preparar e desdobrar especialistas civis em missões no exterior – tem grande potencial a ser explorado por pelo menos duas razões. Primeiro, há cada vez maior demanda por especialistas civis para planejar e implementar, junto a interlocutores locais, soluções mais duradouras e sustentáveis. Segundo, no que se refere à oferta, o Brasil já apresenta vantagens comparativas em áreas que são consideradas prioritárias pela ONU mas que não dispõem, hoje, de especialistas em número necessário. Abre-se, portanto, uma janela de oportunidade para a inserção do país em áreas coerentes com sua política externa. (HAMANN; LEITE, 2012, p. 1)

O Brasil participa de operações de paz multidimensionais, contribuindo com o envio de assessores, observadores, tropas e meios navais, aéreos e terrestres, consolidando a postura brasileira na defesa da paz e contribuindo para o sucesso das missões realizadas pela ONU, razão pela qual vem conquistando crescente reconhecimento internacional, justamente em razão de sua contribuição no contexto das novas operações de paz desenvolvidas (LESSA, 2007).

Nesse diapasão, diante dos desafios surgidos no âmbito das operações deflagradas, tornou-se exigível a atuação de um contingente multidisciplinar, fazendo-se necessária, no cenário das operações, a presença de profissionais das áreas de economia, administração, eleitoral e policial. Sob essa nova perspectiva, o cenário revelou-se favorável ao exponencial crescimento da presença do efetivo policial no âmbito das operações de manutenção da paz (MELO NETO; COSTA, 2010).

Assim, tendo em vista os propósitos perquiridos no presente estudo, após realizada a análise acerca do componente civil brasileiro nas operações de paz, abordar-se-á, na seção seguinte, o emprego da UNPOL no âmbito das missões de paz deflagradas.

### 2.3 O COMPONENTE POLICIAL NO CONTEXTO DAS OPERAÇÕES DE PAZ

Diante do crescimento significativo do componente civil, desencadeado como consequência do caráter multitarefa das operações de paz multidimensionais, o componente policial ganhou notoriedade e conquistou seu lugar no contexto das operações, sendo atualmente a principal unidade dentre toda a gama de especialistas civis desdobrados nas missões de paz.

O primeiro componente de polícia em uma operação de paz da ONU foi empregado na *Opération des Nations Unies au Congo* (ONUC),<sup>6</sup> entre 1960 e 1964. Além de assessorar na restauração da lei e da ordem, o efetivo policial empregado na missão foi incumbido também de oferecer treinamento à polícia local, dando assim os primeiros passos para firmar a presença do componente policial nas operações multidisciplinares (KENKEL; HAMANN, 2013).

Ainda em 1964, o componente policial foi empregado na *United Nations Peacekeeping Force in Cyprus* (UNFICYP),<sup>7</sup> tendo a responsabilidade de realizar atividades de monitoramento de acordos de cessar-fogo e de manutenção da segurança local. O efetivo policial foi denominado *Civilian Police* (CIVPOL),<sup>8</sup> parte integrante da missão de paz, tendo reconhecida sua presença já no seu mandato (MAIDANA, 2013).

Embora o efetivo policial desdobrado nas operações de manutenção da paz no decorrer das décadas seguintes tenha se tornado cada vez mais presente e regular, sua participação ainda era considerada inexpressiva e secundária. Essa percepção apenas foi superada com o advento de mandatos transicionais (KENKEL; HAMANN, 2013).

Somente na *United Nations Transitional Authority in Cambodia* (UNTAC),<sup>9</sup> em 1990, a unidade policial da ONU foi empregada pela primeira vez em uma operação de paz multidisciplinar, auxiliando na manutenção da ordem interna, controlando e supervisionando a polícia local e realizando atividades de polícia executiva (MELO, 2012).

Com as transformações ocorridas no contexto das operações de paz, a participação do efetivo policial nas missões multidimensionais cresceu de forma significativa, tanto que, na atualidade, praticamente todas as operações de paz em andamento possuem a presença do componente policial.

---

6 Operação das Nações Unidas no Congo. (tradução nossa)

7 Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz no Chipre. (tradução nossa)

8 Polícia Civil. (tradução nossa)

9 Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja. (tradução nossa)

Assim, diante dos objetivos do trabalho desenvolvido, analisar-se-á, na subseção seguinte, a atuação da UNPOL nos processos das missões de paz de caráter multidisciplinar.

### **2.3.1 A atuação da UNPOL nas operações de paz de caráter multidimensional**

O emprego do contingente policial evidenciou a especial preocupação do *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO)<sup>10</sup> em promover inovações nas missões de paz em andamento, como forma de resposta às ações então realizadas, que se demonstraram ineficazes no cenário dos conflitos e assim passaram a comprometer os resultados das operações.

Nessa senda, coube ao DPKO, órgão diretamente responsável pelas missões de paz, a responsabilidade por planejar, preparar, gerenciar e operacionalizar os mandatos estabelecidos pelo CSNU, de acordo com os propósitos e princípios da ONU (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Para garantir o alcance dos objetivos explicitados nos respectivos mandatos das missões realizadas, no âmbito das missões multidisciplinares, a polícia das Nações Unidas surgiu da prática das operações de paz, diante da experiência vivenciada em campo, após ser constatada a necessidade de ampliação e aperfeiçoamento das atividades até então desenvolvidas.

A nova unidade policial da ONU foi criada em 1993, sendo denominada *Civilian Police Unit*,<sup>11</sup> vinculada ao DPKO. A Unidade de Polícia Civil buscou adaptar o efetivo empregado nas operações de paz à nova realidade percebida, diante do aumento nas imputações policiais no âmbito das missões (HAMANN, 2012).

Sucessivamente, em 2000, foi criada a *Civilian Police Division* (DPC)<sup>12</sup> junto ao quadro organizacional do DPKO, à qual coube a responsabilidade de planejar as atividades a serem desenvolvidas pela polícia no âmbito das missões de paz (MELO NETO; COSTA, 2010).

A DPC foi incumbida também de dar suporte e apoio aos componentes policiais das operações desencadeadas, aumentando a capacidade de planejamento policial, devendo assessorar e reforçar ações de trabalho do sistema judicial local, aumentar a capacidade de desdobramento do componente policial e melhorar a qualidade da representação policial nas áreas de atuação.

No entanto, a terminologia

---

<sup>10</sup> Departamento de Operações de Manutenção da Paz. (tradução nossa)

<sup>11</sup> Unidade de Polícia Civil. (tradução nossa)

<sup>12</sup> Divisão de Polícia Civil. (tradução nossa)

[...] adotada pelo DPKO para definir o componente policial nas Operações de Paz: “Polícia Civil da ONU (CIVPOL)”, empregado nos primeiros anos após a sua criação, foi questionada quanto ao emprego do termo “civil”, visto que em vários países as instituições policiais eram militares, ou militarizadas. Todavia, a ideia das Nações Unidas quanto ao termo era para que houvesse uma total separação das polícias das Forças Armadas, muito empregada durante os períodos de guerras e que são responsáveis pelo policiamento militar, do trabalho realizado pelas forças policiais, onde mesmo que militares, ou militarizadas, exercem funções civis junto à população. (MELO NETO; COSTA, 2010, p. 6)

Destarte, em razão da investidura militar de grande parte do efetivo policial integrante da polícia da ONU, foi retirado o termo “civil” da nomenclatura utilizada para identificar o componente policial, passando a ser adotada a denominação de UNPOL, sendo a divisão chamada de *United Nations Police Division*<sup>13</sup>.

Nessa vereda,

[...] a Polícia das Nações Unidas, componente independente de uma Missão de Paz e subordinado ao Comissário da UNPOL, que trabalha em parceria e paralelamente ao componente militar, cada vez mais vem assumindo um papel de destaque, ao credenciar-se como ferramenta das mais apropriadas para promoção da segurança e manutenção da lei e da ordem em Estados desestabilizados por conflitos, em especial no trabalho realizado junto às forças policiais locais, nas diversas vertentes requeridas para a reestruturação e desenvolvimento das mesmas, papel esse fundamental para a consecução do que se denomina paz sustentável. (MELO NETO; COSTA, 2010, p. 7)

Por conseguinte, com o crescimento das operações de manutenção da paz de caráter multidimensional, a atuação do efetivo policial demonstrou-se cada vez mais importante no âmbito das missões de paz, diante da multiplicidade de competências exigidas dos profissionais empregados nos cenários de conflitos internacionais.

Assim, após a análise acima, abordar-se-á, na subseção seguinte, a participação de policiais militares como integrantes da UNPOL, no contingente do Brasil empregado no âmbito das missões de paz.

### **2.3.2 A participação de policiais militares empregados em missões de paz na UNPOL**

Os policiais militares brasileiros foram empregados pela primeira vez no contingente desdobrado para uma missão de paz em 1991, em Angola. Por ocasião do engajamento de policiais militares no âmbito de uma operação de paz, o Brasil passou

---

13 Divisão de Polícia das Nações Unidas. (tradução nossa)

a contribuir para a formação do efetivo policial empregado, dando início assim ao processo de participação da Polícia Militar nas operações deflagradas.

Posteriormente, em 1993, o Brasil enviou policiais militares para a missão de paz em Moçambique, dando continuidade à participação de policiais militares em operações de paz, o que destacou o Brasil no plano internacional e contribuiu para a ampliação da capacidade civil brasileira, diante da presença de policiais militares integrando o contingente brasileiro no contexto de uma força de paz.

Em razão do processo de participação de policiais militares nas operações de paz da ONU, a intermediação das consultas entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e os estados federados passou a ser coordenada pela Inspetoria-Geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (IGPM), subordinada ao Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro (COTER), buscando acompanhar o desenvolvimento das operações deflagradas (KENKEL; HAMANN, 2013).

O Itamaraty e o COTER buscaram coordenar o processo de envio de policiais militares,

[...] mediante o estabelecimento de um banco de dados que conteria nomes de possíveis voluntários. A própria carreira dos policiais, de grande mobilidade funcional, os custos envolvidos e o interesse dos governadores em examinar, sujeito a critérios políticos, os pedidos de cessão caso a caso têm impedido qualquer compromisso antecipado dos Estados. A IGPM/COTER, em razão da falta de recursos e da sensibilidade do relacionamento entre o Exército e as polícias militares, não tem condições de interferir decisivamente no processo de seleção, limitando-se a instar os governos estaduais a respeitarem os requisitos das Nações Unidas, especialmente no tocante ao domínio da língua de trabalho da missão, à idade mínima de cessão e à experiência profissional. (FONTOURA, 2005, p. 237)

Em que pese as dificuldades existentes, a participação em operações de paz da ONU constitui prática constante em Polícias Militares de todo o Brasil, podendo ser destacadas como exemplos dessa prática as Polícias Militares dos Estados de Alagoas, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Norte, as quais vêm consolidando de forma progressiva sua doutrina de participação nas operações realizadas (SANTOS, 2004).

No âmbito das operações de manutenção da paz da ONU, a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) é a instituição policial militar que mais contribuiu com o envio de policiais para as missões de paz, enviando quase 30% da totalidade do efetivo policial desdobrado nas operações de paz desencadeadas, servindo de referência às demais instituições policiais militares devido ao desenvolvimento de uma polí-

tica interna de incentivos aos policiais militares que buscam atuar a serviço da paz (KENKEL; HAMANN, 2013).

Nessa esteira, após realizada a análise a respeito da participação de policiais militares como integrantes do efetivo da UNPOL, no contingente do Brasil, abordar-se-á a participação de policiais militares no contexto das missões de paz realizadas pela ONU.

## 2.4 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES NAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU

Diante do engajamento das Polícias Militares no processo de participação nas operações de manutenção da paz da ONU, faz-se necessário apresentar os benefícios dessa participação no âmbito das missões desenvolvidas, para analisar-se, na sequência, a cooperação da PMSC no contexto das operações de paz deflagradas.

### 2.4.1 Os benefícios da participação de policiais militares nas operações de paz da ONU

O engajamento de policiais militares como integrantes do efetivo da UNPOL, no âmbito das operações de paz, pode ser considerado como duas faces de uma mesma moeda. Os benefícios decorrentes dessa participação podem ser aferidos sob duas óticas distintas: a primeira, sob o ponto de vista humanitário, como forma de contribuir para a construção da paz, para o restabelecimento da segurança e para a preservação da ordem pública nas áreas em que são realizadas as missões de paz; a segunda, sob o viés institucional, considerando a aquisição de novas experiências e conhecimentos e a projeção internacional da Polícia Militar.

A atuação de policiais militares na preservação da ordem e no restabelecimento da segurança contribui para a formação e o aperfeiçoamento das forças de segurança do país em conflito, garantindo assim a segurança pública, a ordem interna e a consecução da paz sustentável.

Nessa esteira,

[...] mais que realizar as atividades comuns de policiamento em uma região recém-saída de um pós-conflito, o efetivo policial ficou responsável pela formação de novos policiais locais, instruídos por um modelo padrão internacional, proporcionado pelos documentos elaborados pelas Nações Unidas. É num desses momentos da operação em que a ONU se encontra em contato direto com a população local, carente de uma sensação de segurança, precisando consolidar e manter a imagem imparcial, para que possa ser vista como uma força de apoio, e não de dominação. (MAIDANA, 2013, p. 135)

A participação de policiais militares como parte do contingente empregado nas missões de paz é de fundamental importância para o alcance dos objetivos perquiridos no contexto das operações desencadeadas, sobretudo porque o policial militar brasileiro encontra-se em meio a uma rotina de convívio com a diversidade econômica, cultural e religiosa, vivenciando diariamente situações de riscos e conflitos armados, o que os torna capazes de superar os mais diversos percalços (MELO NETO; COSTA, 2010).

Ademais, a atuação do efetivo policial contribui de forma significativa para a reestruturação da polícia local, com a difusão de conhecimentos na área policial, contribuindo para a aproximação da população com a polícia, consolidando a legitimidade e a ordem pública interna, o que contribui também para o êxito das missões realizadas.

O engajamento de policiais militares nas missões de paz da ONU, além de contribuir para a construção da paz, possibilita que as Polícias Militares realizem a divulgação de suas doutrinas operacionais em âmbito internacional, sedimentando nas forças policiais locais a necessidade de desenvolver-se uma atuação policial legítima, com base no respeito à dignidade da pessoa humana e aos direitos humanos (SANTOS, 2004).

Deve-se considerar também que, participando de uma missão de paz, os policiais militares

[...] trazem consigo experiências que em muito enriquecem as práticas da instituição à qual se pertence. Este tipo de missão tende a oferecer oportunidades para o aperfeiçoamento de habilidades e para o aprimoramento de técnicas desenvolvidas e aplicadas em território nacional. A capacidade civil brasileira interessa, portanto, ao Estado brasileiro, mas também à burocracia que abriga o especialista em questão, ao próprio especialista e, em última instância, à sociedade brasileira, que se beneficiará, direta ou indiretamente, dos serviços prestados. (HAMANN; LEITE, 2012, p. 7)

De mais a mais, os policiais militares empregados no contexto de uma operação de paz proporcionam à Polícia Militar o reconhecimento pelos serviços prestados, o que ressalta a importância desse engajamento junto ao efetivo empregado na missão, tanto para a valorização dos policiais militares quanto para a valorização da Polícia Militar como instituição.

Portanto,

Além de oferecer a possibilidade de acelerar o processo de modernização e profissionalização de seus efetivos, a participação nas operações de manutenção da paz promove a valorização dos militares perante a sociedade, projetando uma imagem positiva das Forças Armadas junto à opinião pública. (FONTOURA, 2005, p. 298)



Na mesma linha, a participação de policiais militares nas operações de paz da ONU contribui para o crescimento pessoal e profissional dos policiais militares cedidos, bem como para a valorização da instituição, colaborando também para a construção de uma imagem positiva da Polícia Militar no Brasil e no exterior.

Após analisados os benefícios do engajamento de policiais militares nas operações de manutenção da paz da ONU, analisar-se-á, na subseção seguinte, a contribuição da PMSC no contexto das missões de paz realizadas.

#### 2.4.2 A contribuição da PMSC no âmbito das operações de paz da ONU

A PMSC fez-se presente no efetivo da UNPOL em 8 operações de manutenção da paz, integrando o contingente brasileiro desdobrado em cada uma das missões realizadas em 8 oportunidades distintas, contribuindo para a consecução dos propósitos estabelecidos em cada um dos mandatos das missões em que atuou.

A participação da PMSC em missões de paz iniciou-se em 1995, com o envio do Coronel PM RR Calixto Antonio Fachini, o qual integrou o contingente desdobrado na *United Nations Verification Mission in Guatemala* (MINUGUA),<sup>14</sup> no período de 1995 a 1996.

Posteriormente, o Major PM Emerson Fernandes foi enviado para a *United Nations Office in Timor Leste* (UNOTIL),<sup>15</sup> integrando o componente policial da referida missão entre 2005 e 2006.

No ano seguinte, o Major PM Dhiogo Cidral de Lima participou da *United Nations Stabilization Mission in Haiti* (MINUSTAH),<sup>16</sup> permanecendo engajado ao efetivo empregado de 2007 a 2008.

Sucessivamente, em 2010, o Major PM Pablo Neri Pereira foi enviado para a *United Nations Mission in Timor Leste* (UNMIT),<sup>17</sup> permanecendo na missão até 2011.

Também em 2010, o Major PM Emerson Fernandes foi enviado para a *United Nations Mission in Sudan* (UNMIS),<sup>18</sup> integrando o componente policial da referida missão entre 2010 e 2011.

Em 2012, o Major PM Jonas Airton Peres Binder foi enviado para a *United Nations Mission in Southern Sudan* (UNMISS),<sup>19</sup> permanecendo na missão até 2013.

Apesar das peculiaridades de cada uma das operações de paz elencadas, os policiais militares engajados nas supracitadas missões desempenharam atividades de observador policial de direitos humanos, realizaram o treinamento, o acompanhamento

---

14 Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala. (tradução nossa)

15 Escritório das Nações Unidas em Timor Leste. (tradução nossa)

16 Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti. (tradução nossa)

17 Missão das Nações Unidas em Timor Leste. (tradução nossa)

18 Missão das Nações Unidas no Sudão. (tradução nossa)

19 Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul. (tradução nossa)

e o monitoramento da polícia local, executaram atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, realizaram funções relacionadas à assistência humanitária e desenvolveram ações de proteção e promoção de direitos humanos. Alguns inclusive ocuparam posições de destaque dentro da estrutura de suas missões.

Indubitavelmente, a participação de policiais militares no âmbito das operações aludidas teve significativas contribuições, possibilitando a estabilização de áreas em conflito, a promoção de direitos humanos e a reforma do setor de segurança, contribuindo assim para a concretização de ações de assistência internacional, visando à reabilitação dos países em que foram desenvolvidas.

O engajamento nas operações de paz elencadas contribuiu para a troca de experiências, para o aprimoramento de técnicas e doutrinas policiais e para a profissionalização dos policiais militares integrantes das missões aludidas, promovendo a valorização desses perante a sociedade e projetando uma imagem positiva da PMSC perante a comunidade internacional, até mesmo em questões não diretamente relacionadas à atividade policial militar, mas que contribuem para o engrandecimento institucional, como o aperfeiçoamento do idioma estrangeiro, por exemplo.

Atualmente, 2 policiais militares integrantes da PMSC encontram-se engajados em operações de paz da ONU. Em 2015, o Capitão PM Lucas Jacques da Silva foi enviado para a UNMISS, e o Capitão PM Felipe Costa foi enviado para a *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti* (MINUSTAH).<sup>20</sup> A previsão é que ambos permaneçam nas respectivas missões até 2016.

Embora o quantitativo de policiais militares da PMSC não seja expressivo nas operações de paz das Nações Unidas, deve-se buscar a ampliação dessa participação. Assim, a premissa inicial do Plano Estratégico de nossa Corporação – a qual evidencia a razão de nossa existência como instituição – nos possibilitará concretizar a máxima de que existimos para proteger também para além das fronteiras do Brasil, o que permitirá que a PMSC contribua cada vez mais para a consolidação da paz no cenário internacional (SANTA CATARINA, 2015).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora desenvolvida demonstrou a relevância da contribuição de policiais militares como integrantes do contingente desdobrado em operações de paz da ONU, evidenciando que a participação efetiva da Polícia Militar no contexto das missões re-

---

<sup>20</sup> Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti. (tradução nossa)

alizadas contribui significativamente para o alcance dos propósitos estabelecidos pela ONU no âmbito das operações deflagradas nos cenários de conflitos internacionais.

Ademais, o estudo comprovou que a atuação de policiais militares nas missões de paz auxilia na preservação da ordem e no restabelecimento da segurança das zonas de conflitos e contribui para a formação e o aperfeiçoamento das forças de segurança locais, consolidando a proximidade da polícia com a comunidade e contribuindo para a promoção de direitos humanos, o que se alinha aos objetivos estratégicos da PMSC.

A pesquisa realizada demonstrou também que o emprego de policiais militares nas zonas em que as missões de paz são desenvolvidas promove a construção de uma imagem positiva da Polícia Militar tanto no Brasil quanto a nível internacional, contribuindo assim para a expansão da capacidade civil brasileira.

O objetivo geral da pesquisa foi alcançado, pois o estudo analisou a participação do Brasil nas operações de manutenção da paz, destacando como o contingente policial militar passou a ser empregado no cenário das operações desencadeadas e demonstrando, por conseguinte, a relevância da contribuição de policiais militares no contexto das missões de paz realizadas pela ONU.

Consequentemente, os objetivos específicos também foram atingidos com o entendimento da temática relativa à contribuição de policiais militares nas operações de paz da ONU e com a compreensão dos resultados do engajamento de policiais militares nas referidas missões, o que foi explicitado no desenvolvimento do presente estudo.

A pergunta de pesquisa foi respondida a partir da apresentação da relevância do engajamento de policiais militares como parte do efetivo brasileiro desdobrado nas missões de paz de caráter multidimensional, bem como da descrição das atividades desenvolvidas pela UNPOL no cenário das missões realizadas.

Verificou-se que, ampliando sua participação nas operações de paz, o Brasil vem conquistando crescente notoriedade internacional, em razão de promover o engajamento frequente do efetivo das Forças Armadas no contexto das missões, o que constitui motivo de destaque perante a ONU e perante a comunidade internacional.

Apesar do aumento da contribuição brasileira nos últimos anos, essa contribuição restringe-se ao incremento da participação do contingente militar, motivo pelo qual o componente policial brasileiro ainda permanece relegado a segundo plano por ocasião do envio do efetivo desdobrado para as operações de paz, deixando assim de se fazer presente em um espaço que interessa tanto ao Brasil quanto à Polícia Militar.

Percebeu-se uma enorme carência da participação de policiais militares nas operações de paz, sobretudo em missões que exijam o restabelecimento, a preservação da ordem pública e a realização de atividades de polícia ostensiva.

Diante do número cada vez menor de policiais militares encaminhados às operações de paz, as Polícias Militares acabam perdendo um espaço de imensurável valor para colaborar com os esforços envidados pelo Brasil no cenário internacional, o que, diante da inércia das instituições militares estaduais, poderá acarretar, no futuro, a perda das vagas destinadas aos policiais militares nas missões de paz.

Com o desenvolvimento do presente estudo, chegou-se ao resultado final, evidenciando que o trabalho realizado pela UNPOL é um dos mais importantes trabalhos desenvolvidos pela ONU no contexto de uma missão de paz, dentre todas as agências envolvidas na missão, sendo um trabalho muito mais abrangente do que o trabalho da Polícia.

Tal constatação restou evidente diante das transformações ocorridas no contexto das operações de paz, o que culminou com o crescimento significativo da participação do efetivo policial nas missões multidimensionais, tanto que, na atualidade, praticamente todas as operações de paz em andamento possuem a presença do componente policial engajado no contingente desdobrado nas missões de paz.

Certamente, a pesquisa realizada contribuiu para a ampliação do conhecimento científico a respeito da contribuição de policiais militares nas operações de paz da ONU, o que colabora para a realização de trabalhos futuros sobre a temática desenvolvida. Desse modo, ficou evidente que o estudo esclareceu a problemática inicial, cumpriu os objetivos propostos e representou contribuição à PMSC.

Restou demonstrado que o engajamento de policiais militares como integrantes do efetivo da UNPOL nas missões de paz constitui uma via de mão dupla, cujos benefícios decorrentes dessa participação podem ser aferidos sob duas perspectivas: a primeira, sob o ponto de vista humanitário, como forma de contribuir para a construção da paz sustentável; a segunda, sob o viés institucional, diante dos benefícios proporcionados à instituição e diante da projeção internacional da Polícia Militar, razões pelas quais deve-se ampliar o envolvimento da Instituição, visando fazer-se mais presente e participativa nos processos de paz.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar n. 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm)>. Acesso em: 20 set. 2015.

CONING, Cedric de. *Civil-military coordination practices and approaches within United Nations peace operations*. Disponível em: <<http://www.jmss.org.br/jmms/index.php/jmss/article/view/36>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. **Operações de manutenção da paz da ONU**: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília: FUNAG, 2013.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAMANN, Eduarda Passarelli. **Artigo sobre UNPOLs brasileiros (sem título)**. [S.l.]:[S.n], 2012.

HAMANN, Eduarda Passarelli; LEITE, Iara Costa. **A experiência do Brasil em contextos instáveis**: levantamento e análise da participação de especialistas brasileiros em missões multilaterais. Disponível em: <[http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Nota\\_estrategica\\_3\\_setembro.pdf](http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Nota_estrategica_3_setembro.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2015.

KENKEL, Kai Michael; HAMANN, Eduarda Passarelli. **Subsídios para a participação de policiais brasileiros em operações de paz das Nações Unidas**: funcionamento, tarefas, recrutamento e oportunidades de destaque. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2146/1/TD\\_1892.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2146/1/TD_1892.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2015.

LEONEL, Vilson; MOTTA, Alexandre de Medeiros. **Ciência e pesquisa**. 2. ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

LESSA, Marco Aurélio Gaspar. **A participação dos contingentes do Exército Brasileiro na missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3453/ACF12A.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 set. 2015.

MAIDANA, Javier Rodrigo. **Operações de Paz das Nações Unidas**: atuação eficaz ou falácia? Reflexões acerca de sua institucionalização. Curitiba: Juruá, 2013.

MELO, Raquel Bezerra Cavalcanti Leal de. **Processo de Institucionalização das Operações de Paz Multidimensionais da ONU no Pós-Guerra Fria**: direitos humanos, polícia civil e assistência eleitoral. 2006. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Disponível em: <[http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9540/9540\\_1.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9540/9540_1.PDF)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

MELO NETO, Sergio Carrera de Albuquerque; COSTA, Isângelo Senna. Características e competências essenciais aos policiais das Nações Unidas (United Nations Police – UNPOL) nas Operações de Paz. **Revista Eletrônica Boletim do Tempo**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 8, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/carta/cap1/>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

SANTA CATARINA. **Plano Estratégico**. Disponível em: <<http://www.pm.sc.gov.br/fmanager/pmsc/upload/master/PlanoEstrategico.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

SANTOS, Hélio Tenório dos. O contexto da Guerra Moderna e a participação da PMESP em Missões de Paz da ONU. **Revista a Força Policial**, São Paulo, ano 11, n. 42, 2004.

SBERNI, Alessandro. **Perspectivas para as Forças de Operações de Paz Brasileiras com a criação do Centro de Instrução de Operações de Paz.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Especialização em Operações Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2009.

UNITED NATIONS. *United Nations Peacekeeping Operations: principles and guidelines.* New York: United Nations, 2008. Disponível em: <[http://pbpu.unlb.org/pbps/Library/Capstone\\_Doctrine\\_ENG.pdf](http://pbpu.unlb.org/pbps/Library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf)> Acesso em: 3 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. *Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations,* 2003. Disponível em: <<http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/Pbps/library/Handbook%20on%20UN%20PKOs.pdf>> Acesso em: 9 jun. 2015.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as operações de manutenção da paz e a inserção do Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas.** Brasília: FUNAG, 2010.

YOSHIDA, Marcelo. **Cenário político, social e econômico para a desmobilização do componente militar da MINUSTAH: uma proposta.** Tese (Doutorado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

## ABSTRACT

*This article has as objective to analyze the use of military police officers in the unfolded contingent at UN's peace operations, what may contribute to reach the explained objectives in the mentioned operations and to consolidate peace at international conflicts scenery. The study also analyzed the advantages of military police officers engagement in peace missions, both to obtain the results searched by UN, as to the provided benefits to Military Police. The method used was deductive, presenting generically premises to reach the specific premise. It started from peace operations historical, studying Brazil's participation, to after analyze the use of military police officers in the referred operations. To that, it was developed an exploratory research by bibliographical and documental investigation. The result of this research revealed the need of military police officers engagement in peace missions contingent, demonstrating that Military Police should expand its participation, to contribute in an effective way at peace processes. With that, the research concluded that the military police officers engagement in UN's missions contributes to restore and preserve order in areas where missions are being realized, it helps in the formation and improvement of security forces at the countries in conflict, collaborates to defund police doctrines, as to promote human rights, contributing to*

*the attainment of sustainable peace and promoting the construction of a positive image of Military Police both at national as at international scenery.*

**Keywords:** Peace Operations. United Nations. Military Police.